



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141376 - AL (2021/0010381-1)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
RECORRENTE : JOSÉ PEDRO DA MOTA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por JOSÉ PEDRO DA MOTA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS (HC n. 0803724-50.2020.8.02.0000).

O recorrente cumpre pena de 38 anos, 06 meses e 08 dias como incurso nas sanções dos crimes de latrocínio, tráfico de drogas e associação para o tráfico de drogas.

O recorrente sustenta que o paciente é portador de hipertensão, condição que o coloca no grupo de risco de contaminação da covid-19, "independentemente se ele está recebendo tratamento para controle da doença dentro do sistema prisional" e que caso não seja tomadas "medidas concretas e efetivas não sejam tomadas em relação ao sistema prisional, sem que haja violação aos direitos das pessoas presas, como já ocorreram, AS UNIDADES PRISIONAIS SERÃO PALCO DE UM GENOCÍDIO SEM PRECEDENTE E EPICENTRO DA CONTINUIDADE DE DISSEMINAÇÃO DESSA NOVA ENFERMIDADE". (fl. 159)

Salienta ser desproporcional mantê-lo no cárcere em tempos de pandemia da covid-19, pois o paciente é uma pessoa idosa de 67 anos de idade, mora no bairro há mais de 40 anos em casa própria, nunca mandou matar ninguém.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para deferir a progressão para o regime semiaberto.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da

impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Registre-se que, "segundo pacífico entendimento doutrinário e jurisprudencial, a configuração de excesso de prazo não decorre da soma aritmética de prazos legais. A questão deve ser aferida segundo os critérios de razoabilidade, tendo em vista as peculiaridades do caso.[...]" (HC n. 386.322/RN, relator Ministro Sebastião Reis Júnior, DJe de 8/5/2017).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o recorrente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte recorrente não demonstrou a flagrante ilegalidade da decisão atacada, também, porque o relator na origem expôs o seguinte :

In casu, não obstante pertencer ao grupo de risco por contar com mais de 60 (sessenta) anos de idade, não se pode olvidar que o paciente cumpre pena total de 38 (trinta e oito) anos, 06 (seis) meses e 08 (oito) dias de reclusão, pela prática dos crimes de latrocínio, tráfico de drogas e associação para o tráfico, conforme informações de fls. 127/128. Do relatório da situação processual executória (fls. 64/65), consta que o paciente só cumpriu 14% (quatorze por cento) da pena imposta e terá direito à progressão de regime apenas em 05.04.2028. Demais disso, embora a Defesa alegue que o paciente é portador de doença preexistente, qual seja, hipertensão, não consta dos autos qualquer documentação médica que ateste essa condição. No mesmo sentido, não há qualquer prova apta a demonstrar a impossibilidade de o paciente receber os cuidados que lhe são devidos, inclusive os voltados à proteção contra o Covid-19, dentro do sistema prisional.(fls. 146-147)

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência